



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS**

**RESOLUÇÃO N.º 057/2025, de 23 de setembro de 2025.**

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei de Governo Digital – LGD), no âmbito da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ - RS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nos artigos 5º, XXXIII, e 37, § 3º, II, da Constituição Federal, RESOLVE:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art.1º** Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Barra do Quaraí-RS, os princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública por meio da transformação digital, em conformidade com a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei de Governo Digital – LGD).

**Art.2º** A implementação do Governo Digital na Câmara Municipal de Barra do Quaraí – RS visa:

- I – desburocratizar e simplificar o acesso do cidadão aos serviços e informações do Poder Legislativo;
- II – promover a modernização da gestão interna e dos processos legislativos;
- III – aumentar a transparência e a participação social;
- IV – assegurar a proteção de dados pessoais e a segurança da informação;
- V – fomentar a interoperabilidade e o compartilhamento de dados entre órgãos públicos.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

- I – governo digital: a utilização de tecnologias da informação e comunicação para aprimorar a oferta de serviços públicos, a gestão interna e a participação social;
- II – serviço público digital: serviço público oferecido por meio de canais digitais, que permite ao usuário interagir com a Câmara Municipal de forma eletrônica;
- III – interoperabilidade: capacidade de sistemas e plataformas de diferentes órgãos públicos de se comunicarem e trocarem informações de forma segura e padronizada;
- IV – plataforma digital: ambiente tecnológico que permite a oferta de serviços e informações digitais;
- V – identidade digital: conjunto de dados e informações que identificam uma pessoa natural ou jurídica no ambiente digital, de forma segura e confiável;
- VI – dados abertos: dados públicos disponibilizados em formato aberto, permitindo seu livre uso, reuso e redistribuição por qualquer pessoa.

**CAPÍTULO II**  
**DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

**Art. 4º** A atuação da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS no âmbito do Governo Digital observará os seguintes princípios e diretrizes, além daqueles previstos na Constituição Federal e nas Leis de Acesso à Informação e Geral de Proteção de Dados Pessoais:

- I – simplificação e desburocratização: redução de exigências e formalidades desnecessárias para o acesso a serviços e informações;



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS**

- II – foco no cidadão: priorização das necessidades e da experiência do usuário na concepção e oferta de serviços digitais;
- III – interoperabilidade: promoção da comunicação e do compartilhamento de dados entre sistemas e plataformas, evitando a redundância e otimizando processos;
- IV – transparência e abertura de dados: disponibilização proativa de dados públicos em formatos abertos e acessíveis, fomentando o controle social;
- V – proteção de dados pessoais: Garantia da privacidade e segurança dos dados pessoais tratados, em estrita conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD);
- VI – segurança da informação: adoção de medidas técnicas e administrativas para proteger os sistemas e informações contra acessos não autorizados, incidentes e uso indevido;
- VII – inovação e tecnologia: estímulo à pesquisa, desenvolvimento e adoção de soluções tecnológicas inovadoras;
- VIII – acessibilidade: garantia de que os serviços e informações digitais sejam acessíveis a pessoas com deficiência, conforme a legislação vigente;
- IX – participação social: utilização de ferramentas digitais para ampliar a participação do cidadão nos processos legislativos e de tomada de decisão.

**CAPÍTULO III**  
**DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS**

**Art.5º** A Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS priorizará a oferta de seus serviços públicos por meio digital, visando à comodidade do cidadão e à eficiência da gestão.

§1º Os serviços públicos digitais deverão ser projetados de forma simples, intuitiva e acessível, com linguagem clara e objetiva.

§2º A Câmara Municipal poderá utilizar plataformas digitais unificadas, como o portal gov.br ou similares, para a autenticação e o acesso a seus serviços digitais, garantindo a identidade digital do usuário.

**Art.6º** Serão disponibilizados em formato digital, entre outros, os seguintes serviços e informações:

- I – protocolo eletrônico de documentos e proposições;
- II – acompanhamento da tramitação de projetos de lei e outras proposições;
- III – acesso a atas, pareceres, relatórios e demais documentos legislativos;
- IV – transmissão ao vivo e arquivo de sessões plenárias e reuniões de comissões;
- V – canais de ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) eletrônicos;
- VI – agendamento online de atendimentos;
- VII – informações sobre a composição da Câmara, Vereadores e servidores;
- VIII – dados abertos sobre orçamento, despesas e contratos.

**Art. 7º** A digitalização dos processos internos da Câmara Municipal será incentivada, incluindo a gestão de documentos, recursos humanos, financeiro e patrimonial, visando à redução do uso de papel e à otimização dos fluxos de trabalho.

**CAPÍTULO IV**  
**DA INTEROPERABILIDADE E COMPARTILHAMENTO DE DADOS**

**Art. 8º** A Câmara Municipal de Barra do Quaraí buscará a interoperabilidade de seus sistemas com os de outros órgãos e entidades da administração pública, especialmente do Poder Executivo Municipal, para facilitar o compartilhamento de dados e informações necessárias à prestação de serviços públicos e ao exercício de suas competências.

§1º O compartilhamento de dados e informações observará rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais legislações pertinentes, garantindo a finalidade, a adequação e a segurança do tratamento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS**

§2º A Câmara Municipal poderá aderir a plataformas e redes de interoperabilidade governamentais, como a Plataforma Nacional de Interoperabilidade (PIN), quando aplicável.

**Art. 9º** A Câmara Municipal de Barra do Quaraí adotará medidas para garantir a qualidade, integridade e segurança dos dados e informações sob sua custódia, promovendo a governança de dados para assegurar sua confiabilidade e disponibilidade.

**CAPÍTULO V**  
**DA GOVERNANÇA DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**Art. 10** A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS será a instância superior de governança digital, responsável por definir as diretrizes estratégicas e acompanhar a implementação da Lei de Governo Digital.

Parágrafo único - A Mesa Diretora poderá designar um setor ou servidor responsável pela coordenação das ações de Governo Digital na Câmara, com as seguintes atribuições:

I – propor e acompanhar a execução do Plano de Transformação Digital da Câmara;

II – articular as ações de digitalização entre os diversos setores;

III – monitorar o cumprimento das normas de Governo Digital, segurança da informação e proteção de dados;

IV – promover a capacitação dos servidores.

**Art. 11** A Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS implementará e manterá políticas e procedimentos de segurança da informação, incluindo:

I – medidas de proteção contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas e destruição de dados;

II – planos de continuidade de negócios e recuperação de desastres;

III – auditorias periódicas de segurança;

IV – conscientização e treinamento contínuo dos servidores sobre as melhores práticas de segurança da informação.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12** A Câmara Municipal de Barra do Quaraí-RS promoverá a capacitação e o desenvolvimento de seus servidores para o uso e a gestão das tecnologias digitais, bem como para a compreensão dos princípios e diretrizes do Governo Digital.

**Art. 13** A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS poderá expedir atos complementares para o cumprimento desta Resolução.

**Art. 14** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Araci Meus, em 23 de setembro de 2025.

Ver. Rick Romero Mossi  
Presidente

Registre-se  
Publique-se, Data supra

Ver. Juarez Maciel Galvão Junior  
Secretário



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS**

---

**Justificativa**

A Lei Federal nº 14.129, de 2021 (Lei do Governo Digital – LGD), estabelece princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da digitalização de serviços, da interoperabilidade de sistemas e do compartilhamento de dados. Ela visa modernizar a relação entre o Estado e o cidadão, tornando-a mais ágil, transparente e acessível. A LGD se aplica a toda a administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que inclui as Câmaras Municipais.

A implantação da Lei de Governo Digital na Câmara Municipal visa promover a modernização dos processos legislativos e administrativos, facilitando o acesso dos cidadãos às informações e serviços públicos, bem como garantindo a segurança, a interoperabilidade e a eficiência na gestão documental e nos atendimentos.

A adoção das ferramentas digitais conforme estabelecido na referida lei contribui para a redução de custos operacionais, diminuição do uso de papel, agilidade na tramitação de documentos e proposições, e maior transparência nas ações legislativas, fortalecendo o controle social e a participação democrática.

Portanto, a presente resolução se justifica pela necessidade de alinhar a Câmara Municipal aos avanços tecnológicos e às melhores práticas de governança digital, garantindo um serviço público mais ágil, eficiente, transparente e acessível a todos os munícipes.